

ATA N.º 187 / XII / 4.ª SL

Aos trinta dias do mês de junho de 2015, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 6 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a **Ordem do Dia** (OD):

1.ª Parte:

Audição conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus, do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, ao abrigo do artigo 104.º nº 2, do Regimento da Assembleia da República.

2.ª Parte:

1. Informações
2. Aprovação de Pareceres:

Proposta de Resolução nº 117/XII/4ª - “Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo à Unidade Operacional de Governação Eletrónica Orientada para Políticas da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, Portugal, assinado em Lisboa, em 23 de maio de 2014”;
Deputada Relatora, Celeste Correia (PS)

Proposta de Resolução nº 118/XII/4ª - “Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo à Criação, Funcionamento e Localização da Unidade Operacional de Governação Eletrónica Orientada para Políticas da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, Portugal, assinado em Lisboa, em 23 de maio de 2014.
Deputada Relatora, Celeste Correia (PS)

3. Aprovação de Atas:

Nº 172, da reunião de 10 de março de 2015;
Nº 186, da reunião de 23 de junho de 2015.

4. Outros assuntos.

1.ª Parte

Aberta a reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas deu as boas-vindas ao Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, bem como aos restantes membros do Governo presentes, expondo, seguidamente, a metodologia a adotar nos trabalhos.

Dada a palavra ao Senhor Ministro, começou este por manifestar o voto de pesar pela morte recente de uma cidadã portuguesa na Tunísia, resultante de um ato terrorista, bem como de outros ataques ocorridos em França e no Kuwait. Neste seguimento, sinalizou o combate o terrorismo islâmico como uma das prioridades, com enfoque no norte de África e em especial na Líbia. Referiu, igualmente, a necessidade de resolver o problema dos movimentos migratórios ilegais, sendo necessária uma intervenção europeia junto dos países de que os migrantes são originários. Outra preocupação do Governo tem sido a situação na Grécia e seus reflexos da União, mormente na estabilidade da zona euro. Finalmente, aludiu, ainda, à situação da Base das Lajes, onde foi cumprida mais uma ronda de negociações, com resultados que qualificou de bastante satisfatórios, tendo ficado agendada nova reunião para mais perto do final do corrente ano.

Passou-se à fase de intervenção dos diferentes Grupos Parlamentares, aqui se transcrevendo, apenas, as intervenções dos Senhores Deputados membros da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesa.

Na **primeira ronda de intervenções** tomou a palavra o Senhor **Deputado Marcos Perestrelo (PS)** para denunciar abusos e clientelismos favorecendo partidos da coligação, também no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), por via da rotação forçada de diplomatas experimentados e da reabertura de embaixadas para colocação de membros dos gabinetes ministeriais, questionando o Senhor Ministro sobre se sente confortável com esta situação.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Vitalino Canas (PS)** que abordou matérias relacionadas, primeiro, com a emigração, e depois com a situação na Grécia. No primeiro grupo de questões repudiou vivamente a política de emigração da Hungria, cuja decisão de construir um muro ao longo da sua fronteira com a Sérvia deveria envergonhar a Europa, tendo questionado o senhor Ministro acerca da posição de Portugal nesta matéria.

Ainda em sede de política de emigração, solicitou esclarecimentos acerca da posição do Governo quanto à instauração do sistema de quotas de emigrantes. Relativamente à situação da Grécia, salientou a necessidade de a União chegar a um acordo, o qual deveria constituir prioridade estratégica para o Governo português, pois pese embora Portugal se assumia como exemplo de êxito na Zona Euro, todos os observadores externos apontam Portugal como o próximo país a cair, caso caia a Grécia.

Em resposta, o Senhor Ministro estranhou e lamentou o teor da intervenção do Senhor Deputado Marcos Perestrello, lembrando ter sido o PS quem, no referido domínio, fez bem quando foi Governo, lembrando que a reabertura das representações diplomáticas, designadamente da OSCE e da UNESCO, além de ser reclamação de todos os quadrantes políticos, visou responder às exigências e complexidade das matérias por elas tratadas. No que tange a política de emigração, acompanhou a posição do Senhor Deputado Vitalino Canas, referindo que o Governo português já manifestou a sua discordância com a construção do muro na fronteira Húngaro-Sérvia, posição que é a da quase totalidade dos países da União, e por todos sinalizada pela Comissária Mogherini. Quanto à questão das quotas, o Governo defende que as quotas migratórias deveriam ser voluntárias, refletindo, porém, critérios de solidariedade e generosidade entre Estados-membros. Os critérios inicialmente propostos que equacionavam de forma ponderada os fatores da dimensão populacional (40%), o PIB total (40%), o número médio de pedidos de asilo no período entre 2010 e 2014 (10%) e a taxa de desemprego em cada país (10%), uma vez projetados, davam a Portugal a posição de sétimo país contribuinte, apesar de ser, apenas, o décimo-segundo em termos de PIB, motivo pelo qual o Governo discordou com os critérios propostos e com a solução a decorrente da sua aplicação, aguardando-se a revisão da matéria, a partir de seis de julho. Relativamente à situação na Grécia QUE Portugal defende o regresso às negociações, tendo lembrado a posição de regozijo manifestada pelo líder do PS aquando da vitória do Syriza.

Interveio o Senhor **Deputado António Rodrigues (PSD)** para registar o tom impróprio com que o PS se dirigiu ao Senhor Ministro, privilegiador da baixa política. Quanto à questão grega, lembrou que os socialistas europeus não têm uma posição coincidente, realçando a postura de Estado evidenciada pelo Governo português, inclusive, em sede de solidariedade material (banca e dívida pública), sublinhando a impossibilidade de se chegar a um acordo na Grécia, caso o seu Governo o não deseje. Finalmente, questionou o Senhor Ministro sobre quais as perspetivas negociais par Portugal na questão das Lajes, e ainda, face à aproximação gradual do terrorismo islâmico, se Portugal está integrado nalgum sistema europeu de prevenção e combate ao mesmo.

Respondeu o Senhor Ministro, sobre o terrorismo islâmico, que Portugal já está a dar a sua contribuição em meios militares. Sobre a situação da Grécia reforçou a participação de Portugal na busca de soluções para um problema que é complexo.

Entretanto, solicitou o Senhor **Deputado Vitalino Canas**, nos termos regimentalmente previstos, a apresentação junto da Mesa, para posterior entrega ao Senhor Ministro, uma reprodução das declarações do Secretário-Geral do PS sobre a questão das nomeações políticas.

Interveio de seguida o Senhor **Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS/PP)**, tendo começado por saudar a comitiva governativa a esta audição, e manifestado a sua adesão e a do seu Grupo Parlamentar ao voto de pesar transmitido pelo senhor Ministro. Aludiu à política de racionalização de meios levada a cabo pelo MNE nos últimos anos, considerando inconcebível o ataque feito pelo PS ao Dr. Gilberto Jerónimo, por sinal, um diplomata de carreira e, como tal, colaborador e executor direto das políticas governativas. Lembrou, a propósito da questão das nomeações políticas, os casos do antigo chefe de gabinete do então Secretário de Estado da Defesa Nacional, que foi ocupar o lugar de Cônsul em Luanda, e o do chefe de gabinete do então Primeiro-Ministro, que foi para Nova Deli.

Respondeu o Senhor Ministro, que Portugal nunca deixou de ter representantes diplomáticos nas embaixadas para onde foram nomeados os dignitários mencionados pelo PS. Simplesmente os diplomatas haviam passado a ficar logisticamente integrados em embaixadas já existentes, o que ocorreu por motivos estritamente financeiros. Nem outra posição seria de esperar por parte do Governo, dada a relevância e o rigor que deve assistir ao Corpo Diplomático, o único que em Portugal possui solidez enquanto *Corp d'État*. Relativamente à posição portuguesa face ao problema grego, referiu entendê-la não só como solidária, mas também como exemplo de responsabilidade no quadro da União.

De seguida, coube à Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**, em nome do seu Grupo Parlamentar, solidarizar-se com a cidadã portuguesa falecida na Tunísia, condenando, por princípio, todo e qualquer ato terrorista. Questionou o Senhor Ministro sobre se não considera que a emigração portuguesa encontrou no exterior uma diminuição no apoio que vinha sendo prestado pelas autoridades diplomáticas, substituindo Consulados por “cal centers”.

Respondeu o Senhor Ministro que, além do esforço que tem vindo a ser feito com o reforço de pessoal das representações diplomáticas, conta que venham a ser preenchidos novos lugares até ao fim do corrente ano. Passou de seguida a palavra ao Senhor Secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, que adicionalmente esclareceu ter sido este Governo a divulgar novos dados acerca da emigração de portugueses, pelo que conhece

bem os números associados a este fenómeno, salientando o papel desenvolvido pelos gabinetes locais de apoio ao emigrante.

Já na **segunda ronda de intervenções**, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Pisco (PS), para igualmente se associar, em nome do Grupo Parlamentar do PS, ao voto de pesar pelo falecimento de uma cidadã portuguesa na Tunísia; realçar que tanto as reaberturas de representações como os movimentos diplomáticos levantam questões quanto ao tempo, ao modo e à intenção subjacente aos mesmos, e que geraram custos acrescidos para o erário público; que os recursos humanos nas representações diplomáticas e consulares permanecem altamente deficitários e que a resolução do problema limitou-se a remeter o assunto para tratamento após as eleições legislativas; questionou acerca dos motivos da ausência de candidatos para as eleições do Conselho das Comunidades, dada a proximidade do período de férias, e finalmente, para questionar em que estado está a propalada cimeira luso-francesa, dada a relevância que a França tem para a comunidade portuguesa neste país.

Carlos Gonçalves (PSD) que felicitou a atuação e o esforço do governo na resolução do problema das desvalorizações cambiais, com reflexos nas remunerações do pessoal das representações diplomáticas; manifestou preocupação pela possibilidade de cidadãos portugueses poderem vir a encontrar a bandeira espanhola no local onde venham a solicitar a emissão de um passaporte português, o que, atenta a posição do PS, pode bem vir a acontecer.

Rui Barreto (CDS/PP) que salientou o papel da diplomacia económica na captação de investimento estrangeiro.

Gabriela Canavilhas (PS), para se insurgir contra os ataques ao PS na matéria de nomeações políticas em representações diplomáticas, reposicionando o problema, dado entender não estar em causa postos diplomáticos normais, mas sim representações atípicas que requerem embaixadores com especiais atributos e conhecimentos, lembrando os casos de Basílio Horta, Silveira Godinho, Ferro Rodrigues ou José Augusto Seabra; questionou porque só agora procede o governo à reabertura da representação junto da UNESCO.

Carla Cruz (PCP), para lembrar que o Relatório sobre a emigração a que o Senhor Secretário de Estado se referiu, resultou de uma Recomendação do Parlamento, aprovada na sequência de um Projeto de Resolução do PCP, que se refere a dados de 2013, faltando avaliar os de 2014 e 2015 que não foram disponibilizados.

Celeste Correia (PS), para questionar o Governo sobre como se posiciona face à política europeia de migrações oriundas do norte de África, quando se sabe que a União se prepara

para instalar 40 mil dos 150 mil refugiados, ao passo que a Turquia já acolheu cerca de 2 milhões.

António Rodrigues (PSD), para sublinhar a posição contraditória evidenciada pelo PS acerca da postura portuguesa face à Grécia, a qual foi evoluindo em diversas direções, em função dos acontecimentos publicamente relatados neste processo; perguntou, ainda, se o Governo pode confirmam que 0,6% da dívida nacional tem a ver com empréstimos àquele país.

Marcos Perestrello (PS), para sublinhar não ser sério o comentário do Senhor Ministro às suas declarações, quando sabe que as nomeações do PS foram, em tempo, para substituir nomeações políticas do PSD; por outro lado, não pode concordar com a alusão feita pelo Senhor Ministro de que o Corpo Diplomático é, para si, o único *Corp d'État* sólido em Portugal, deixando de fora, entre outras instituições, as Forças Armadas, as Forças de Segurança e as magistraturas.

Vitalino Canas (PS), sublinhando que a posição do PS sobre a questão grega é clara, não devendo reduzir-se a extremismos nem à mera existência de uma folha excel, impondo-se uma solução negociada, por ser a única que interessa à Europa, ao Euro e a Portugal.

Antes de conceder a palavra ao Senhor Ministro para responder em bloco, o **Senhor Presidente da Comissão** quis expressamente prestar homenagem a todos os embaixadores políticos que, nos últimos 60 anos, deram o seu contributo relevante a Portugal.

Em resposta, referiu o Senhor Ministro que:

-Os custos alegadamente acrescidos se destinam a melhorar a representação diplomática nacional, o que se compreende em face da concomitante melhoria da situação financeira nacional;

-Não concorda com a conceção de diplomacia perfilhada pela Senhora Deputada Gabriela Canavilhas que, segundo crê, confunde carreira e trabalho diplomático com trabalho ou competência técnica específica;

- O conceito de *Corp d'État* que perfilha, tem de ser entendido à luz da doutrina francesa, não correspondendo à visão evidenciada pelo Senhor Deputado Marcos Perestrello, não havendo motivos para comparar realidades distintas.

-Relativamente às questões levantadas acerca da CPLP, a par da língua comum, deve ser dado particular relevância ao desenvolvimento da vertente económica, por exemplo, no caso da energia;

-As condições de admissão e estadia na Europa não são iguais às da Turquia e resume-se a erigir campos de refugiados; embora se trate de um esforço louvável não é qualitativamente semelhante ao que a Europa pretende instituir.

Em complemento, interveio, ainda, o Senhor Secretário de Estado das Comunidades, referindo que:

-Já em 2006 havia sido anunciado, neste Parlamento, por um Ministro do PS, a criação de um mega-Consulado em Luanda, mas somente agora foram integrados 16 novos funcionários para a referida representação diplomática; e que também só agora foram abertos concursos para chefias intermédias que haviam sido prometidos por governos do PS;

-O nível do trabalho desenvolvido nas representações diplomáticas só foi possível graças à qualidade e empenho dos seus funcionários;

-Nas últimas eleições houve ausência de candidatos para o Conselho das Comunidades em quatro círculos, tendo o Governo PS procedido à nomeação por designação administrativa, o que este Governo nunca fará; aguarda-se a realização das eleições que já estão marcadas.

Terminada a audição, o Senhor **Presidente** agradeceu a participação dos membros do Governo e deu por encerrada a primeira parte da OD, pelas dezassete horas e vinte minutos. Concedeu, ainda, um intervalo de 10 minutos para que a Comissão prossiga os seus trabalhos, agora, na sala 7.

2.ª Parte

Retomados os trabalhos pelas dezassete horas e trinta minutos, e no âmbito do **Ponto 1. da OD**, lembrou o Senhor Presidente que amanhã, dia 1 de julho, serão recebidos nesta Comissão dois jornalistas venezuelanos, em cuja audiência os Senhores Deputados poderão participar, tendo por objetivo avaliar as condições atuais de exercício quer da liberdade de imprensa, quer dos demais direitos civis. Lembrou, ainda, que em virtude da realização das jornadas parlamentares do PSD e CDS nos próximos dias 6 e 7 de julho, a próxima reunião da comissão transitará para a 4.ª feira seguinte, dia 8 de julho

Relativamente ao **Ponto 2.**, propôs o Senhor Presidente que, atenta a familiaridade temática entre as Propostas de Resolução a discutir, fosse feita uma apresentação conjunta

de ambos os Relatórios, sugestão que seria acolhida por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Assim, procedeu a Senhora Deputada Celeste Correia (PS) à apresentação conjunta dos dois Relatórios, focando pormenorizadamente o respetivo âmbito objetivo, num caso, o Acordo de instalação e, noutro, o estatuto institucional da futura universidade. Embora a tal não seja regimentalmente obrigada e mesmo nada constando do Relatório escrito a tal propósito, quis a Senhora Deputada sinalizar, ainda que oralmente, a importância de Portugal, através de projetos com o presente e outros, poder colocar-se na vanguarda do ensino das modernas tecnologias de informação. Porém, não deixou de frisar a exorbitância de custos associados à implementação desta universidade em Portugal.

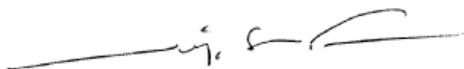
Submetidas conjuntamente à votação, foram ambas as Propostas de Resolução aprovadas por unanimidade dos Senhores Deputados presentes, verificando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e BE.

Transitados para o **Ponto 3.** da Ordem, foram lidas, discutidas e votadas as Ata números 172, de 10 de março, e 186, de 23 de junho, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

Nada mais havendo a registar, o Senhor **Presidente** agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, pelas dezassete horas e cinquenta minutos,

Palácio de S. Bento, 30 de junho de 2015.

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins

Carina Oliveira

Carla Cruz

Carlos Alberto Gonçalves

Carlos Páscoa Gonçalves

Celeste Correia

Feliciano Barreiras Duarte

Filipe Lobo D' Ávila

Maria de Belém Roseira

Maria Gabriela Canavilhas

Maria João Ávila

Maria José Moreno

Maria Manuela Tender

Mário Magalhães

Nuno Magalhães

Paulo Pisco

Sérgio Sousa Pinto

Ângela Guerra

António Rodrigues

José Moura Soeiro

Marcos Perestrello

Ricardo Santos

Rui Jorge Caetano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Helena Pinto

Maria Ester Vargas

Ricardo Baptista Leite

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 14/07/2015, existindo registo áudio integral da mesma, acessível em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/CNECP_CAE_20150630.mp3

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/CNECP_20150630.mp3